



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640055 - SP (2021/0012802-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : GUILHERME ANDRE DE CASTRO FRANCISCO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : GUILHERME ANDRE DE CASTRO FRANCISCO - SP390592  
MAIQUE ALEXANDRE CARDOSO DE CARVALHO - SP449710  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDREIA LOPES DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDREIA LOPES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC 2261073-57.2020.8.26.0000).

A paciente cumpre pena de 10 anos de reclusão pela prática do crime de latrocínio, com previsão de término da sanção em 14/12/2023 e teve indeferido o pleito de prisão domiciliar pelo Juiz da execução.

Impetrado prévio writ na origem, a ordem foi denegada.

Os impetrantes sustentam a necessidade da substituição da prisão pela domiciliar, considerando que a paciente é mãe de filhos menores que estão aos cuidados de seu pai, que teria falecido.

Alega a ausência de demais fundamentos suficientes para justificar a segregação, aduzindo o preenchimento dos requisitos previstos no art. 117 da Lei de Execuções Penais e as disposições constantes na Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da segregação cautelar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva ou substituída por prisão domiciliar em favor da paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta dos autos que a paciente é reincidente pela prática do crime de latrocínio (fl. 92) - hipótese que pode configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que a paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à Covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade na custódia decretada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fls.89/94):

*"Não obstante, a Portaria Interministerial nº 07 de 18 de março de 2020 adota providências à contenção da pandemiano Sistema de Justiça Penal e Socioeducativo prisional, a tornar desnecessária, ao menos nesse momento, a imediata transferência do paciente .Destaca-se que as unidades prisionais reforçaram medidas preventivas de higiene, com foco no aumento da frequência de limpeza dos espaços de circulação e permanência das pessoas em privação de liberdade, bem como higienização das estruturas de transporte e contenção. Além disso, em ofício emanado do Secretário da Administração Penitenciária, datado de 13/05/2020, constou:“(...) No que se refere aos cuidados à saúde, tem-se que o atendimento aos custodiados continua fazendo frente às necessidades. Em 154 Unidades temos, ao menos, um profissional de saúde pertencente aos quadros da Secretaria da Administração Penitenciária, para o pronto atendimento. Somam-se as equipes médicas resultantes de pactuação com 38 (trinta e oito)municípios por meio da Deliberação CIB-62/2012, as quais atendem 59 (cinquenta e nove) Unidades(podendo ser concomitantes com o atendimento de profissionais da SAP). Ainda assim, na ausência de equipe de saúde, o custodiado poderá ser atendido na rede pública local”. Nesse contexto, as circunstâncias do caso concreto autorizam a manutenção da segregação da paciente no regime prisional em que se encontra, sem que ocorra qualquer violação ao artigo 117 da Lei de Execução Penal ou à Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça.”*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Assim, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência